



**KLS**

# Sociedade Brasileira e Cidadania

**Unidade 1**



# Palavra do autor

---

**C**aro aluno, existindo uma grande quantidade de disciplinas específicas de seu curso de graduação, a elaboração de uma matéria destinada a analisar diferentes aspectos da realidade brasileira e da cidadania pode parecer um pouco estranha, não é mesmo?

A uma primeira vista, esse estranhamento é compreensível se nos baseamos em alguns dos padrões modernos de ensino, de trabalho e – por que não? – do modo como levamos nossas vidas, caracterizados pela especialização dos estudos e das profissões em áreas cada vez mais particulares. Sob esse ponto de vista, pode mesmo ser difícil identificar a utilidade de estudarmos temas tão amplos da realidade nacional.

Entretanto, como veremos, alguns aspectos mais gerais de nosso país não estão totalmente desligados do desenvolvimento universitário e profissional dos indivíduos, mas, sim, fornecem instrumentos e reflexões extremamente importantes para essa evolução. Isso ocorre porque não se pode separar completamente o desempenho profissional de um indivíduo, e até mesmo sua existência enquanto ser humano, das relações sociais em que ele está inserido; conforme defende o ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama:

“Se você foi bem-sucedido, não chegou lá por conta própria. Se você triunfou, alguém no caminho deu-lhe alguma ajuda. Houve um grande professor em algum ponto de sua vida. Alguém ajudou a criar esse inacreditável sistema americano que permite que você prospere. Alguém investiu em estradas e pontes. A internet não nasceu espontaneamente. A pesquisa financiada pelo governo criou a internet, de modo que todas as empresas pudessem lucrar com ela. Quando alcançamos sucesso, triunfamos por nossa iniciativa individual, mas também porque fizemos coisas juntos. (apud MAGNOLI, 2013)

De forma semelhante, também no Brasil, aquilo que fazemos em nossas vidas pessoal e profissional costuma receber estímulos, ou encontrar

dificuldades, que são produzidos pela coletividade em que vivemos. As leis que regem nossa sociedade, os serviços públicos de que dispomos e os padrões de convivência de nosso povo são exemplos de concepções coletivas que interferem diretamente em nossos triunfos e frustrações pessoais. Assim, torna-se importante para nossa formação refletir sobre dilemas e impasses percebidos no Brasil contemporâneo, nas mais diversas áreas de nossa vivência cotidiana, como as esferas ambiental, étnico-cultural ou política.

Nesse contexto, a primeira unidade de nosso material dá início ao nosso estudo com uma reflexão sobre o valor da ética e da política na atualidade, e sobre a maneira que esses temas se relacionam ao nosso cotidiano. Em seguida, a segunda unidade trabalha os conceitos de cidadania e direitos humanos, estudando a construção histórica dessas ideias e em que medida esses entendimentos se veem aplicados na atual democracia brasileira. A partir dos conhecimentos adquiridos na primeira metade do curso, analisaremos, na terceira unidade, importantes dilemas éticos da sociedade brasileira, mantendo o enfoque sobre origens, consequências e possíveis soluções para os desafios da corrupção, da miséria e do racismo presentes em solo nacional. Por fim, na quarta unidade, investigaremos algumas das questões mais relevantes do século XXI, centradas na pluralidade e diversidade que existem nas sociedades contemporâneas, relacionando-as com as formas de tolerância – e intolerância – e com o próprio conceito de democracia.

Assim, caro aluno, o destino que nos espera ao final desta caminhada não é uma opinião específica ou perspectiva a ser obrigatoriamente aceita, mas o esforço no sentido de expandir os conceitos, processos e dados a respeito do ambiente que nos cerca, permitindo o questionamento da realidade contemporânea e das maneiras pelas quais nos inserimos nela.

# Unidade 1

---

## Ética e política

### Convite ao estudo

Prezado aluno, aqui iniciamos nossa jornada em direção à complexa rede de relações, valores e estruturas que compõem a realidade brasileira. Em sua opinião, nossa sociedade tem como orientação principal de seu funcionamento os princípios ou o poder? Agimos coletivamente em função de uma busca para estabelecermos aquilo que consideramos correto ou nossa realidade pode ser melhor compreendida a partir das relações de força que são estabelecidas em nosso país?

Repare que essa busca pela ação correta pode incluir processos amplos de nossa vida em coletividade: há algum problema em empresas privadas financiarem campanhas políticas? Seria correto manter benefícios para funcionários públicos que já recebem salários altíssimos?; mas também envolve decisões de nossa vida privada: se uma regra nos parece injusta, devemos obedecê-la? Considerar uma ação correta ou incorreta é algo que se faz sozinho ou deve-se levar em conta aspectos sociais?

A mesma abrangência deve ser considerada na análise das relações de poder, já que elas se manifestam em escalas elevadas: até onde deve ir a intervenção do Estado brasileiro em nossa sociedade? A maioria deve sempre se impor?; e em nosso cotidiano individual: o serviço público que utilizo é um favor que me foi oferecido ou é um direito que me é assegurado? Meu ato individual pode ter impacto na sociedade?

Portanto, se pretendemos analisar toda uma diversidade de fatores da vida coletiva de nosso país, é provável que essas duas orientações – princípios e poder – apareçam em nossa análise. Por isso, é interessante recorrermos a dois domínios do conhecimento voltados a esses assuntos: a ética e a política. Embora esses temas sejam tratados frequentemente em nosso dia a dia, o estudo mais aprofundado desses campos do conhecimento, conforme faremos nesta primeira unidade, será um importante suporte para compreendermos o ambiente que nos cerca e até mesmo nosso próprio cotidiano.

Para tanto, utilizaremos algumas referências tradicionais do pensamento e da filosofia política ocidentais, que servirão de instrumento para que possamos refletir sobre dilemas e impasses éticos e políticos constatados no Brasil contemporâneo, nas mais diversas áreas, como meio ambiente ou

diversidade étnico-cultural da população brasileira. Assim, a partir de uma compreensão humanista do que consiste a vida em sociedade, poderemos, então, identificar alguns requisitos para uma participação cidadã na comunidade que nos abriga.

A análise desses dois temas clássicos das ciências humanas, ética e política, tem especial importância na atualidade, já que os amplos campos de estudo dessas disciplinas podem contrastar com a precisão e a especialização de novas áreas do conhecimento humano. Assim, a ética ainda teria aplicação prática nos dias de hoje? A ciência pode substituir as reflexões éticas? E as ponderações políticas seriam abstratas demais para afetar nosso cotidiano?

As respostas a essas indagações – e a outras que certamente surgirão – serão trabalhadas à medida que analisarmos os fundamentos da filosofia ética e suas relações com os dilemas que despontam em nosso cotidiano, bem como os diferentes tipos de organização política e seus vínculos com nosso desenvolvimento enquanto sociedade.

## **Por que pensar sobre a ética?**

### **Diálogo aberto**

Em pleno século XXI, você provavelmente já notou que o desenvolvimento tecnológico tem criado novas ferramentas técnicas capazes de atribuir às máquinas funções antes exclusivas da ação humana. Se é verdade que o processo de substituição da atividade de homens e mulheres pela operação de equipamentos artificiais pode ser percebido ao longo de toda a história, não seria um exagero considerar que, atualmente, esse processo se vê intensificado e atinge patamares antes inimagináveis; avanços nas áreas de robótica, automação e conectividade, por exemplo, ampliam a possibilidade de utilização da tecnologia para a realização das mais diversas tarefas exigidas nas sociedades contemporâneas. Assim, a tecnologia poderia resolver todos os problemas do convívio em sociedade, definindo quais seriam as condutas e os procedimentos corretos a serem tomados diante de uma situação concreta?

As máquinas realizam as tarefas com maior precisão, maior velocidade e menor margem de erro do que os homens. Desse modo, a maior produtividade e eficiência decorrentes do uso da tecnologia constituiriam motivo suficiente para defender o uso de máquinas indiscriminadamente em todos os setores da atividade humana? A performance elevada é critério suficiente para solucionar problemas de nossa realidade cotidiana? Ou existem outros princípios da ação humana que diferenciam nosso funcionamento da programação típica da tecnologia?

Pense, por exemplo, nos veículos com piloto automático: essas máquinas saberiam escolher a reação adequada diante de uma provável batida, fazendo um julgamento se o menor prejuízo seria danificar o veículo ou arriscar a vida de passageiros e pedestres? Ou essa ponderação é essencialmente humana?

Aplicativos de agendamento de consultas médicas consideram a gravidade da doença para marcar os atendimentos? Ou o critério é apenas a ordem de marcação? Seria possível programar um aplicativo com todas as possibilidades de doenças para a definição da ordem de consulta?

A vigilância tecnológica exercida nas ruas, em nome da segurança pública, saberia diferenciar o excesso de velocidade irresponsável daquele necessário a uma prestação de socorro emergencial? Ou o que justifica a primeira conduta estar errada e a segunda estar certa é a compreensão humana dos fatos?



Nota-se, prezado aluno, que a vida em coletividade exige certas definições do que devemos ou não devemos fazer, solicitando de nossa racionalidade um esforço para identificar em que consiste agir corretamente. Bem-vindo ao estudo da ética, campo fundamental para definirmos qual a essência da humanidade que queremos compor.

## Não pode faltar

Sabemos que no Brasil o direito à moradia constitui uma das prerrogativas que o Estado e a sociedade devem defender, existindo, inclusive, norma constitucional que afirma que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte [...]” (BRASIL, 1988, grifo nosso). Sabemos, também, que a propriedade privada recebe semelhante proteção constitucional, conforme se observa no trecho “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade** [...]” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Imagine, agora, que uma família muito rica seja proprietária de vários imóveis distribuídos pelo país, muitos dos quais permanecem sem qualquer utilização por anos seguidos. Outra família, em condição de pobreza extrema, não tem recursos para pagar por uma habitação e decide ocupar um desses imóveis abandonados. Repare que há um choque entre o direito de propriedade da família rica e o direito à moradia da família pobre. Qual seria, então, a conduta correta a ser tomada diante desse impasse? O ideal seria remover a família pobre, sob a alegação de que a família rica não tem culpa da pobreza alheia e não deve ter sua propriedade atingida? Ou, inversamente, o certo seria proteger a moradia do grupo em necessidade, uma vez que a família rica abandonou o imóvel em questão?

Note que, ainda que existam normas jurídicas específicas para tratar do caso concreto, as duas posições são justificáveis a partir de uma perspectiva **moral**, isto é, nos dois posicionamentos existem certos **juízos de valores** que determinam qual a conduta correta, qual o comportamento a ser observado – o **dever ser** – para que se atinja a solução **justa**, sob um posto de vista moral.

Se é verdade que os juízos morais podem concordar com uma norma jurídica – ou mesmo com duas normas que, em um caso concreto, são conflitantes, como acabamos de ver –, é importante notar que esses valores são resultado de uma **consciência moral**, a qual reflete valores e sentimentos



pessoais. Assim, na formação da moral, mais importante do que a existência de uma lei, estão as convicções individuais, que podem ou não coincidir com a norma jurídica.

Nesse sentido, a moral de uma pessoa pode até mesmo contrariar uma norma social. Veja como a opinião do entrevistado a seguir questiona a moralidade de uma série de regras brasileiras:

“Não almoço à custa do dinheiro do contribuinte”, me disse certa vez o juiz sueco Göran Lambertz, em tom quase indignado, na Suprema Corte da Suécia.

A pergunta que inflamou a reação do magistrado era se, assim como ocorre no Brasil, os juízes da instância máxima do Poder Judiciário sueco têm direito a carro oficial com motorista e benefícios extra-salariais como auxílio-saúde, auxílio-moradia, gratificação natalina, verbas de representação, auxílio-funeral, auxílio pré-escolar para cada filho, abonos de permanência e auxílio-alimentação.

“Não consigo entender por que um ser humano gostaria de ter tais privilégios. Só vivemos uma vez e, portanto, penso que a vida deve ser vivida com **bons padrões éticos**. Não posso compreender um ser humano que tenta obter privilégios com o dinheiro público”, acrescentou Lambertz.

“Luxo pago com o dinheiro do contribuinte é **imoral e antiético**”, completou o juiz sueco. (WALLIN, 2018, grifo nosso)

Nesse ponto, o juiz sueco salienta que a ética deve orientar a condução de nossas vidas, justificando com esse conceito sua reprovação da utilização de recursos públicos para o pagamento de benefícios a magistrados.

O termo “ética” decorre da palavra grega *ethos*, cujo significado em nosso idioma se relaciona às ideias de “modo de ser” ou “bom costume”, revelando que, ao menos desde a Grécia Antiga, o homem se preocupa em analisar de que modo as condutas dos indivíduos podem contribuir para uma convivência satisfatória. Assim, a ética se consolida como o campo do conhecimento focado na determinação **racional** de quais seriam as finalidades **boas** e **más** a serem buscadas pelos seres humanos, investigando a essência das condutas consideradas **certas** ou **erradas**, os fundamentos dos princípios e valores que fundamentam os juízos, obrigações e deveres que condicionam e qualificam o comportamento humano.



## Pesquise mais

A concepção aristotélica sobre a ética encontra sua mais significativa elaboração na obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles. Nesse livro, supostamente dedicado ao filho ou ao pai do filósofo, ambos nomeados Nicômaco, o filósofo grego investiga os fundamentos do caráter e o exercício das virtudes humanas, motivo pelo qual a obra se tornou um clássico da reflexão ética.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2014.

Trata-se, nesse contexto, de uma disciplina fortemente **normativa**, isto é, que prescreve ações e julgamentos a serem valorizados na condução de nossas vidas, em vez de apenas retratar a realidade observada. Adicionalmente, ao valorizar a razão enquanto método de se perceber o caráter correto ou incorreto de uma ação, a ética fortalece a **responsabilização** individual por uma conduta, já que o homem tem mecanismos racionais para identificar a justiça ou injustiça de seus atos. Entretanto, nunca é demais lembrar, a ética **não é um saber encerrado**, cujas determinações já se encontram totalmente reveladas, mas, sim, o que estabelecerá fundamentos amplos para a apreciação da conduta adequada a uma situação específica.



## Assimile

Há ética na organização de um formigueiro? Um animal pode ser considerado mau sob o ponto de vista ético? Assista à discussão entre o filósofo Mario Sérgio Cortella e o jornalista Clóvis de Barros Filho, disponível no endereço eletrônico a seguir, e assegure-se de que compreendeu os conceitos até aqui trabalhados.

A ÉTICA não é uma tabela pronta. Produção: TV Cultura. [S.l.]: Café Filosófico CPFL, 2017. (3min40s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NHwfWTZ-utg>>. Acesso em: 14 dez. 2018.



## Refleta

### O cidadão obediente I

À luz das ideias de racionalidade e responsabilização, reflita sobre o conteúdo ético presente na plataforma Moral Machine (Máquina Moral), que tem por objetivo “coletar a perspectiva humana em relação às decisões morais feita pela inteligência das máquinas, como em carros autônomos”, disponível no link: <<http://moralmachine.mit.edu/hl/pt>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

A resposta à pergunta “qual a conduta correta para o aprimoramento de nossa convivência coletiva?” acaba por abranger diferentes componentes da vida social: a organização política, as ciências e a moral, por exemplo, exercem influência sobre as formas de se pensar a ética. A respeito dessa última variável mencionada, a moral, alguns esclarecimentos se fazem necessários e serão apresentados a seguir.

Como podemos constatar na entrevista com o juiz sueco, a classificação de que algum comportamento seria “moral” ou “imoral” produz efeitos semelhantes aos da afirmação de que uma conduta seria “ética” ou “anti-ética”. Isso acontece porque esses dois termos são cotidianamente utilizados como se fossem conceitos equivalentes, e mesmo em obras clássicas de nosso campo de estudo a qualificação “moral” é utilizada na apreciação do comportamento ético. Há que se reconhecer, entretanto, a existência de importantes diferenças entre esses conceitos, conforme estudaremos a seguir.

Etimologicamente, a palavra “**moral**” deriva do termo latim *moralis*, cujo significado se aproxima de “relativo aos costumes”. Trata-se de um conjunto de normas que regulamenta a conduta dos indivíduos em sociedade, em conformidade com as **tradições**, referências **educacionais** e **culturais**, e **práticas rotineiras**.

Embora tanto a ética quanto a moral busquem a orientação do que é certo e errado no agir humano, a ética pressupõe que essa qualificação é resultado de uma elaboração baseada na coletividade, que ultrapassa os indivíduos considerados isoladamente – não há, portanto, uma “ética individual”. A moral, por sua vez, fundamenta sua apreciação na razão e consciência pessoais, ainda que considerando as repercussões e influências sociais desse ato.

Assim, a moral pode apresentar uma maior diversidade, uma vez que reflete condutas, práticas e desejos que variam para cada indivíduo, tempo e local da ação. Já a ética se ocupa da **sistematização da moralidade**, objeto de seu estudo, apresentando, portanto, princípios e regras relativamente mais amplos e duradouros.

Essas diferenças possibilitam, inclusive, a divergência entre enquadramentos éticos e morais, haja vista que uma **convenção moralmente aceita** em uma sociedade específica pode não satisfazer **uma reflexão ética**, por não se adequar a princípios gerais do que seria bom, justo ou correto.

Nesse mesmo sentido, é comum que grupos distintos de indivíduos, ainda que compondo uma mesma coletividade – seja ela um país, uma cidade ou até mesmo uma classe de alunos universitários – tenham comportamentos orientados por padrões diferentes daquilo que consideram moralmente aceitável, uma vez que os costumes, tabus e vontades incorporados por cada

um deles diferem entre si. Quando tratamos da ética, entretanto, isso não acontece, já que as concepções morais serão interpretadas para que se identifique padrões éticos aplicáveis a todos.

A problematização de aspectos da vida social que, por vezes, são equivocadamente equiparados à ética não acontece apenas com a moral, já que frequentemente a **religião** é aplicada em situações que exigiriam uma análise ética.

De imediato, podemos identificar a origem de tais confusões no fato de que tanto a ética quanto a religião exercem a função de prescrever regras de conduta e postura apropriadas aos indivíduos. Adicionalmente, observa-se nas esferas ética e religiosa a existência de conceitos opostos utilizados como referência à ação humana: bem e mal, certo e errado, por exemplo, são parâmetros utilizados nos dois domínios aqui apreciados.

Apesar de tais aproximações, a ética e a religião apresentam divergências que justificam sua distinção em campos do saber autônomos. Primeiramente, como vimos, o pensar ético é eminentemente **racional**, determinado por processos lógicos inteligíveis, enquanto a compreensão religiosa, em seus mais diversos credos, apresenta forte componente **dogmático**, valendo-se de liturgias, mandamentos e sacralizações que transcendem os limites e temas puramente racionais. Ainda, a fundamentação ética, com base nessa racionalidade compartilhada por todos os seres humanos, busca regramentos aplicáveis a toda a coletividade, em um processo que difere da **pluralidade religiosa** que podemos constatar na sociedade.



### Exemplificando

#### Ética e religião

Leia o trecho a seguir e repare como o argumento de Dalai Lama, líder religioso do budismo tibetano, aproxima-se do que estudamos nesta seção:

“É por isso que digo que, no século XXI, **precisamos de uma nova ética que vá mais além de todas as religiões**. Refiro-me a uma ética secular que seja útil e prática para mais de mil milhões de ateus e um número cada vez maior de agnósticos. A nossa espiritualidade humana básica é mais fundamental do que a religião [...]. Estou convencido de que as pessoas podem viver sem religião, mas não podem viver sem valores internos, sem ética. A diferença entre a ética e a religião é semelhante à diferença entre a água e o chá. A ética e os valores internos, baseados num contexto religioso, são mais como chá. O chá que bebemos consiste em grande parte em água, mas também contém outros ingredientes, tais como folhas de chá, especiarias, talvez um pouco de açúcar e, pelo menos no

Tibete, até mesmo uma pitada de sal, e isso torna-o mais saboroso e nutritivo e é algo que queremos tomar todos os dias. Mas independentemente de como o chá é preparado: O seu ingrediente principal é sempre a água. Podemos viver sem chá, mas não sem água. De igual modo, nascemos sem religião, mas não sem a necessidade básica de compaixão e também não sem água. [...] Independentemente de pertencermos ou não a uma religião, todos nós temos uma ética elementar e humana em nós. Devemos cuidar e valorizar este fundamento ético comum. É a ética e não a religião que está enraizada na natureza humana. (ALT; LAMA, 2017, [s.p.], grifo nosso)

Nada impede, obviamente, que haja componentes éticos inseridos nos preceitos de uma religião. Entretanto, é de se esperar que outros mandamentos religiosos sejam diferentes dos procedimentos racionais defendidos pela ética. Em sentido inverso, constatamos que a ética não se vincula aos preceitos desse ou daquele credo religioso, sendo plenamente viável que um indivíduo ou uma sociedade desprovida de confissões religiosas se utilize dos campos do saber ético, uma vez que os dilemas que emergem em nossos cotidianos não são exclusivos de uma religiosidade específica.



### Exemplificando

#### Ética e religião II

Agora, leia o excerto redigido pelo papa Francisco e perceba como a argumentação desenvolvida pelo chefe da Igreja Católica se vincula a alguns pontos elencados nesta seção – adicionalmente, repare como há uma convergência lógica com a redação de Dalai Lama, trazida no segmento *Exemplificando* anterior:

“Como crentes, sentimo-nos próximo também de todos aqueles que, não se reconhecendo parte de qualquer tradição religiosa, buscam sinceramente a verdade, a bondade e a beleza, que, para nós, têm a sua máxima expressão e a sua fonte em Deus. Sentimo-los como preciosos aliados no compromisso pela defesa da dignidade humana, na construção duma convivência pacífica entre os povos e na guarda da criação. Um espaço peculiar é o dos chamados novos Areópagos, como o ‘Átrio dos Gentios’, onde **‘crentes e não-crentes podem dialogar sobre os temas fundamentais da ética, da arte e da ciência, e sobre a busca da transcendência’**. Também este é um caminho de paz para o nosso mundo ferido. (FRANCISCO, 2013, [s.p.], grifo nosso)

Quando nos deparamos com uma situação em que nenhuma possibilidade de ação está livre de efeitos morais negativos, não existindo propriamente uma solução óbvia e inquestionável a ser tomada, ou quando a resposta preconizada pela lei, pela tradição ou por qualquer outra fonte de orientação de nosso comportamento parece se chocar com alguma convicção racional relevante para nosso juízo, encontramos-nos diante de um **dilema moral**.

Os dilemas morais evidenciam a complexidade no exercício de nossa liberdade de escolha, já que a existência de consequências negativas decorrentes de nossas decisões, ou a apreciação dos valores a serem preferidos em um caso concreto, demandam o estabelecimento de certos critérios racionais que podem não ser tão evidentes, como veremos nos exemplos a seguir.

Imagine, caro aluno, um médico legista que tenha acesso aos corpos de vítimas de acidentes fatais; preocupado com a baixa disponibilidade de órgãos para doação, o médico resolve, por conta própria e sem qualquer autorização formal, extrair dos finados os órgãos que permanecem funcionais, destinando-os à doação. A atitude do médico pode ser considerada correta? Se você acredita que sim, provavelmente fundamentou sua decisão no fato de que tal conduta apresenta **efeitos** positivos, na medida em que novas vidas poderão ser salvas a partir da doação. Essa justificativa se aproxima do raciocínio **consequencialista**, que busca nos resultados finais de um ato sua validação. Esse critério de análise é representativo da filosofia **utilitarista**, que defende a maximização da utilidade, ou da capacidade de produzir bem-estar e felicidade coletivos, algo que pode ser inclusive matematicamente quantificado pelo número de pessoas, intensidade ou duração envolvidos no benefício em questão, conforme argumentava **Jeremy Bentham** (1748-1832) e **John Stuart Mill** (1806-1873).

Se, em sentido oposto, você rejeita a conduta do médico, deve ser porque considera o ato de retirar os órgãos sem qualquer autorização prévia do falecido ou de seus familiares como sendo uma **atitude por si só incorreta**. Trata-se, nesse caso, de uma abordagem **deontológica**, que categoriza a ação humana a partir de percepções principiológicas dos **deveres** e **direitos** existentes, relativizando suas consequências, à luz do que defendia **Immanuel Kant** (1724-1804).

Considere-se, agora, de férias em um país estrangeiro; você repara que nesse Estado é comum que crianças comecem a trabalhar desde idades muito precoces. Ao classificar tal fato como algo incorreto, você provavelmente acredita que existem padrões mínimos de respeito à infância que devem ser observados no Brasil, no país onde você se encontra e em qualquer outro lugar do mundo, sob uma perspectiva **universalista**. Se, no entanto, você

admite que existem particularidades culturais desse povo que justifiquem tal situação, é o enfoque **relativista** que se sobrepõe em seu raciocínio.

Repare que os impasses citados não pretendem analisar todos os tipos de dilemas morais presentes em nossas vidas, tampouco esgotar as correntes e perspectivas filosóficas desenvolvidas para abordar tais problemas, mas, pelo contrário, ressaltar a pluralidade de situações em que não há respostas absolutas ou preconcebidas, algo que eleva a importância do estudo da ética em nosso desenvolvimento individual e coletivo.

Em certo sentido, a emergência dessas questões é algo incontornável da vida humana, e a desatenção em relação aos dilemas apresentados tende a ser ainda mais problemática do que as dúvidas por eles suscitadas, na medida em que sugere uma condução **automatizada** dos afazeres cotidianos, cujo efeito prático é a **negação da própria liberdade**.



### Refleta

#### “O cidadão obediente II

Era assim que as coisas eram, era esta a nova lei do território, baseada na ordem do Führer; o que quer que ele (Eichmann) tenha feito, fez, até onde podia ver, como um cidadão obediente às leis. Ele fez seu *dever*, conforme disse à polícia e à corte várias e várias vezes; ele não apenas obedeceu *ordens*, ele também obedeceu a *lei*. (ARENDT, 2006, p. 135, tradução nossa)

O trecho citado foi retirado do livro *Eichmann em Jerusalém*, de Hannah Arendt. Nessa obra, a filósofa relata o julgamento de Adolf Eichmann, um tenente-coronel das forças nazistas alemãs que teve papel fundamental na organização dos campos de extermínio do Holocausto. Ao longo do livro, Eichmann nega que tenha agido com crueldade no processo que levou ao assassinato de milhões de judeus nas décadas de 1930 e 1940. Conforme se depreende do excerto, o tenente-coronel justificou sua conduta pela simples obediência a mandamentos superiores, como ordens de seus chefes e as leis vigentes naquele período, algo que, segundo ele, retiraria qualquer culpa de suas ações. Com base nos temas discutidos nesta seção, você diria que a obediência é sempre uma virtude? De um ponto de vista ético, como você analisa o argumento de Eichmann?

Passados mais de dois mil anos do advento da ética enquanto campo fundamental do conhecimento humano, continuamos a deparar com



situações nas quais o exercício de nossa liberdade de escolha encontra-se cheio de **dúvidas** e **angústias** diante da inexistência de valores ou critérios incontestáveis para o agir humano. Se é verdade que os avanços tecnológicos nos auxiliam a encontrar algumas respostas para problemas cotidianos que atingem a humanidade, formulando maiores certezas em temas antes duvidosos, temos de reconhecer que as potencialidades oferecidas pelo desenvolvimento científico contemporâneo abrem **novos campos de discussão** envolvendo a ética.

Inovações nas áreas de biotecnologia, tecnologia da informação e automação, por exemplo, ao mesmo tempo em que aumentam os horizontes da ação humana, levantam questionamentos éticos essenciais: devemos clonar seres humanos? As empresas de telecomunicação deveriam assumir compromissos no combate à propagação de notícias falsas? Podemos criar robôs militares com capacidade letal? Assim, a ampliação das atividades que **conseguimos fazer** eleva proporcionalmente os questionamentos sobre o que efetivamente **devemos fazer**.



### Assimile

#### “Ética e técnica

Técnica e ética completam-se, necessariamente, para impulsionar os povos e as civilizações a se unirem. A tecnologia, divorciada da ética, conduz à inevitável fratura da humanidade. A ética, ignorante do saber tecnológico, é ineficiente e vazia. O grande projeto de humanização do mundo exige que a ciência e a técnica sejam finalmente reconhecidas como patrimônio da humanidade, insuscetíveis, portanto, de qualquer tipo de apropriação, privada ou estatal. (COMPARATO, 2016, p. 439)

Neste mesmo sentido, a ampliação das capacitações humanas contrasta com a persistência de desafios para os quais a humanidade já dispõe de soluções tecnológicas, revelando que a continuidade de certos problemas individuais e/ou coletivos não se deve a questões técnicas, mas, sim, às escolhas que fazemos enquanto sociedade organizada – o que revela um vínculo primordial entre a ética e a **política**. Esse zelo pela convivência coletiva defendido pela filosofia ética enriquece toda a rede de relações nas quais nossa existência se desenvolve, bem como reconhece os aspectos valorativos essenciais de nossa condição humana. Nesse sentido, é preciso o ensinamento do professor Fábio Konder Comparato de que:

“[...] o ser humano só realiza integralmente as suas potencialidades, isto é, somente se aproxima do modelo superior de pessoa, quando vive numa sociedade cuja organização política não se separa das exigências éticas e regula, de modo harmonioso, todas as dimensões da vida social. (COMPARATO, 2016, p. 587)

Perceba a função emancipadora do saber ético, garantindo que a inexistência de modelos predeterminados do que deve constituir o agir humano não seja considerado uma limitação às nossas vidas, mas, pelo contrário, que essa condição permita o exercício integral de nossas liberdades, estimulando a reflexão constante sobre o mundo que nos cerca e sobre os caminhos para uma existência plena e em harmonia com os fundamentos de nossa humanidade.

### Sem medo de errar

A liberdade é um dos valores fundamentais e marcantes da existência humana. Diferentemente de outros animais, cuja ação é orientada majoritariamente pelo instinto, o ser humano encontra na utilização de sua racionalidade, ao exercer seu livre arbítrio, a capacidade de fazer escolhas diante de uma situação concreta.

Essa liberdade de julgamento e conduta é essencial na medida em que as situações com que deparamos ao longo da vida são inúmeras e imprevisíveis, tornando inviável a elaboração, ainda que mental, de uma sistematização rígida das atitudes a serem tomadas.

Uma vez que os seres humanos vivem em comunidades, tentamos assegurar que todas essas avaliações e condutas individuais criem, entre si, uma relação humanizada, estabelecendo um entendimento coletivo direcionado ao aprimoramento da vida em grupo; trata-se do desenvolvimento de nosso saber ético.

Se bem verdade que nossas liberdades possibilitam que nos manifestemos de acordo com nossas individualidades, existem referências compartilhadas daquilo que devemos assumir como sendo condutas e finalidades éticas, de modo distinto de padrões morais e religiosos aceitos por cada indivíduo.

Assim, percebemos que o raciocínio ético é uma atividade eminentemente humana. Como consequência, a ética não está sujeita a processos de codificação e programação, como aqueles observados na construção de máquinas, algo que limita o uso da tecnologia em contextos nos quais podemos deparar com dilemas morais.

É óbvio que a evolução da tecnologia nos fornece incontáveis benefícios para a organização e funcionamento de nossas sociedades, entretanto devemos manter sempre em mente que essas inovações auxiliam, mas não substituem o raciocínio humano e as avaliações éticas que são necessárias ao nosso cotidiano.

A definição de que a vida humana importa mais do que bens materiais, de que a gravidade de uma doença é motivo legítimo para que se adiante um paciente na fila de atendimentos médicos ou de que a função de salvar vidas poderia justificar o excesso de velocidade de um automóvel são ponderações éticas que só os humanos são capazes de realizar.

As máquinas até podem ser programadas de acordo com algumas considerações éticas, estabelecidas por seres humanos, todavia, as diferentes justificativas que um mesmo ato pode ter – o excesso de velocidade mencionado, por exemplo – e a impossibilidade de se prever de antemão todas as situações cotidianas que envolveriam um juízo ético apresentam limites para a visão tecnicista de que a tecnologia fornece solução para todos os problemas humanos.

Esse posicionamento seguramente reflete uma postura humanista que, em pleno exercício de nossas liberdades, rejeitaria uma condução automatizada, mecanicista e – por que não? – antiética de nossas vidas.

### Faça valer a pena

---

**1.** “Os juízos éticos de valor são também **normativos**, isto é, enunciam normas que determinam o **dever ser** de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.” (CHAUÍ, 2010, p. 431).

Com base nos estudos desenvolvidos nesta seção e na argumentação da professora Marilena Chauí, assinale a alternativa correta:

- a) O termo “juízos éticos” poderia ser substituído por “juízos morais” sem alteração no sentido da frase, já que ética e moral são conceitos sinônimos.
- b) Como as religiões também determinam o “dever ser” dos indivíduos, podemos afirmar que ética e religião funcionam exatamente sob os mesmos fundamentos e racionalidades.
- c) Se os juízos éticos de valor são normativos, podemos concluir que eles sempre estão de acordo com as normas jurídicas.
- d) A função normativa da ética auxilia a busca por uma melhor convivência nas sociedades.
- e) Atualmente, a ética já esgotou sua função normativa, uma vez que já estabeleceu o “dever ser” para todas as situações possíveis e imagináveis.

## 2.

“[...] os princípios éticos são normas objetivas, sempre correlacionadas a virtudes subjetivas. São normas teleológicas, que apontam para um objetivo final do comportamento humano, ao qual devem se adequar os meios ou instrumentos utilizados. São normas de conteúdo axiológico, cujo sentido é sempre dado pelos grandes valores éticos. (COMPARATO, 2016, p. 524)

Assinale a alternativa que interpreta corretamente o conteúdo presente no texto-base:

- a) Os princípios éticos são “objetivos” porque, atualmente, todos eles já se encontram codificados.
- b) A correlação entre “princípios éticos” e “virtudes subjetivas” se origina do entendimento de que a ética constitui objeto de estudo da moral.
- c) Ao apontar para um “objetivo final do comportamento”, a ética apresenta uma natureza normativa.
- d) Por conter “conteúdo axiológico”, as normas éticas variam de acordo com os valores pessoais de cada indivíduo. Assim, cada indivíduo tem uma ética pessoal.
- e) Como exemplo dos “grandes valores éticos”, podemos citar os mais elevados mandamentos religiosos.

## 3.

“**Presidente do TJ-SP considera ético recebimento de auxílio-moradia**

Assunto tem causado polêmica após divulgação de que magistrados com imóveis próprios fazem uso do benefício

Thais Skodowski, do R7

05/02/2018 - 13h53 (Atualizado em 05/02/2018 - 15h41)

O novo Presidente do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) [...] afirmou nesta segunda-feira (5) que não vê problemas em juizes com imóvel próprio na cidade onde atuam receberem auxílio-moradia.

- Eu acho que é [ético] porque a Lei Orgânica da Magistratura Nacional prevê (o recebimento do benefício). O auxílio-moradia é um salário indireto porque é previsto como tal na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

[...]

O auxílio-moradia a membros do Judiciário tem causado polêmica após reportagens recentes mostrarem que juizes com imóveis próprios receberam o benefício. A maior parte da

categoria defende o pagamento dessa verba como forma de composição do salário defasado — a última correção foi em 2015. (SKODOWSKI, 2018)

Com base nos estudos realizados nesta seção e na leitura da reportagem apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez que há previsão normativa da concessão de auxílio-moradia aos juízes, esse tema deixa de se situar no campo da ética e passa a integrar exclusivamente o domínio jurídico.
- b) O recebimento de auxílio-moradia por parte dos juízes é algo político, e, como sabemos, a política não tem nenhuma relação com a ética.
- c) O argumento de que o auxílio-moradia não seria devido aos juízes com imóveis próprios se aproxima do raciocínio consequencialista, que despreza os efeitos concretos de uma ação para avaliar a validade da conduta.
- d) O argumento de que o auxílio-moradia não seria devido aos juízes com imóveis próprios se aproxima do raciocínio deontológico, que relativiza os efeitos de um ato em benefício de um dever de agir baseado em princípios amplos.
- e) Diante de tal polêmica, o ideal, de um ponto de vista ético, seria condicionar o recebimento ou não do auxílio-moradia à ética pessoal de cada juiz.